ORIENTAÇÕES DE ESTUDO da Certificação de Gestores da ANBIMA (CGA) para Profissionais CFA®

Controle: D.04.79.02

Data da Elaboração: 01/06/2018

Data da Revisão: 22/01/2020

Vigência: 01/02/2020

Elaborado por: Certificação ANBIMA

Aprovado por: Comitê de Certificação e/ou Gerência de Certificação

ANBIMA

ORIENTAÇÃO DE ESTUDO - EXAME CGA PARA PROFISSIONAIS

CFA

- Versão 1.2 -

ORIENTAÇÕES DE ESTUDO (*Learning Outcome Statements* – LOS)

LOS MÓDULO I – FUNDAMENTOS FINANCEIROS

1. ECONOMIA

O candidato deverá ser capaz de:

1.1 Macroeconomia

1.1.1 Indicadores Econômicos

a. Definir, interpretar e diferenciar PIB – Produto Interno Bruto de PNB – Produto Nacional Bruto.

b. Analisar os fatores que determinam a demanda por moeda, bem como os efeitos sobre tal demanda causados por alterações no PIB real e inovações financeiras.

c. Avaliar o impacto de uma mudança em cada um dos principais indicadores econômicos (inflação, emprego e renda) sobre os investimentos em títulos de renda fixa, ações e taxas de câmbio.

d. Analisar o impacto de diferentes indicadores econômicos sobre os rumos da política econômica.

e. Explicar como a taxa de juros é determinada, sua influência no equilíbrio de mercado e a interação entre mudanças nas taxas de juros e a oferta monetária.

f. Caracterizar os indicadores de taxas de juros no mercado nacional (Taxa Selic, TJLP, TBF, TR) e avaliar os impactos nos reajustes de contratos financeiros.

g. Caracterizar a Taxa DI, seu uso, formação e a dinâmica do mercado interfinanceiro.

h. Definir e explicar a construção de alguns indicadores econômicos e de medidas de inflação no varejo (IPCA e IPC) e no atacado (IGP-M e IGP), bem como explicar os problemas associados à utilização dos índices de preço de varejo.

1.1.2 Sistema Financeiro Nacional (SFN)

a. Explicar as principais atribuições dos órgãos e agentes reguladores: CMN – Conselho Monetário Nacional, BACEN – Banco Central do Brasil, CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b. Comparar e contrastar as diferentes instituições financeiras, suas funções econômicas, seus impactos na regulamentação, desregulamentação e inovações dos mercados financeiros (bancos múltiplos, bancos de investimento, distribuidoras e corretoras de títulos e valores mobiliários, de câmbio e de futuros).

c. Explicar como os bancos criam dinheiro e calcular a quantia de empréstimos que um banco pode gerar, dado um certo valor de depósitos e taxa de compulsórios.

d. Analisar os objetivos do Banco Central. Comparar e contrastar as ferramentas de política econômica, bem como seus potenciais riscos se utilizadas incorretamente.

e. Analisar a formação da Balança Comercial e as contas que impactam o Balanço de Pagamentos.

f. Explicar as funções, a estrutura e o funcionamento e Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), incluindo as câmaras de compensação/liquidação atuantes no mercado brasileiro (Clearing B3 e SELIC).

1.1.3 Política Fiscal e Governo

a. Entender e determinar a necessidade de financiamento do setor público, bem como explicar como esta afeta a política fiscal e a dívida pública.

b. Analisar as fontes de recursos para investimentos e a influência da política fiscal nos mercados de capitais.

c. Descrever e interpretar a Curva de Laffer.

d. Descrever o fenômeno de *crowding-out* e seu efeito sobre as taxas de juros e o investimento privado em uma economia.

e. Analisar os efeitos intergeracionais da política fiscal e entender como as decisões tomadas em uma geração podem afetar as gerações futuras.

f. Comparar e contrastar os efeitos dos multiplicadores de gastos do governo, de impostos e de orçamento equilibrado.

g. Explicar como uma política fiscal discricionária pode ajudar na estabilização do ciclo de negócios.

h. Explicar as ferramentas empregadas pelo governo para implementar a política fiscal, classificando-as como expansionistas ou contracionistas e identificar as consequências sobre a economia de sua utilização.

1.1.4 Política Monetária, Moeda e Inflação

a. Descrever as funções da moeda em uma economia.

b. Descrever e analisar o processo de criação e destruição de moeda, bem como identificar o papel dos bancos comerciais em tal processo.

c. Entender e analisar os agregados monetários: M1, M2, M3 e M4.

d. Entender o conceito de meta de inflação, seu uso e suas limitações para a política monetária de um país.

e. Entender o cálculo de um índice de inflação, bem como relacionar e distinguir inflação de alteração no nível de preços.

f. Relacionar os efeitos da inflação não antecipada sobre os mercados de trabalho e de capitais.

g. Distinguir inflação antecipada de inflação não antecipada, bem como interpretar os efeitos adversos da inflação não antecipada.

h. Analisar os impactos da inflação sobre o nível de desemprego e entender a curva de Phillips de curto e longo prazos, interpretando mudanças na taxa de desemprego natural.

i. Explicar o impacto da inflação sobre a taxa nominal de juros e relacionar esse impacto à oferta de capital.

j. Entender as premissas da Teoria Quantitativa da Moeda e a interação entre as suas variáveis básicas de análise.

k. Identificar os instrumentos de política monetária disponíveis para atuação do Banco Central.

l. Explicar o papel do COPOM na determinação da taxa de juros.

m. Explicar e contrastar as políticas que podem ser implementadas para alcançar estabilidade de nível de preços.

1.1.5 Câmbio

a. Explicar quais fatores impactam a taxa de câmbio, levando-a a se valorizar ou desvalorizar: reserva cambial, balança de pagamento, balança comercial e fluxos internacionais de capital.

b. Explicar os regimes cambiais: câmbio fixo (*currency board*), câmbio flutuante, flutuações sujas (*dirty floating*) e de bandas cambiais (*crawling band*)

c. Definir e diferenciar entre taxa de câmbio *spot* e *forward*, bem como calcular o prêmio ou desconto da taxa *forward* sobre a taxa spot.

d. Calcular a apreciação ou depreciação absoluta e percentual de uma moeda de contagem em relação a uma moeda base.

e. Definir, calcular e explicar a relevância da taxa de câmbio para a economia.

f. Definir e distinguir taxa de câmbio real da taxa de câmbio nominal, bem como explicar como essas taxas impactam importações e exportações.

g. Explicar como as reservas internacionais impactam as taxas cambiais e sua relação com o balanço de pagamentos.

h. Definir paridade do poder de compra entre moedas.

i. Entender a paridade de taxa de juros entre moedas, bem como calcular qualquer variável da relação dadas as demais variáveis: taxa de câmbio *spot*, taxa de câmbio *forward* e taxas de juros vigentes para cada moeda.

j. Definir e calcular cupom cambial, bem como distinguir cupom limpo de cupom sujo e analisar os fatores que impactam seu valor.

k. Explicar o papel do swap cambial como ferramenta de política cambial e seus efeitos na taxa de câmbio spot.

1.1.6 Oferta Agregada e Demanda Agregada

a. Entender, descrever e aplicar o modelo de oferta agregada e demanda agregada, relacionando-o à análise do ciclo de negócios de uma economia.

b. Descrever a curva de demanda agregada e entender as causas e efeitos de seu deslocamento.

c. Descrever a curva de oferta agregada de curto prazo e de longo prazo e entender as causas e efeitos de seu deslocamento.

d. Distinguir entre PIB real e PIB potencial.

e. Relacionar pleno emprego, taxa natural de desemprego, PIB potencial e PIB real.

f. Descrever o hiato de inflação e o hiato de recessão

g. Entender e identificar os determinantes do equilíbrio macroeconômico.

2 ANÁLISE DE RELATÓRIOS FINANCEIROS

O candidato deverá ser capaz de:

2.1 Principais demonstrações contábeis

a. Caracterizar os seguintes relatórios financeiros e explicar sua função para a avaliação de posição financeira de uma empresa:

i. Balanço Patrimonial

ii. Demonstração do resultado do exercício (DRE)

iii. Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)

iv. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

v. Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

b. Identificar quais tipos de informações constam nas notas explicativas e avaliar a importância da interpretação dessas notas e de outras divulgações de fatos relevantes.

c. Definir os componentes do balanço patrimonial, avaliar ativos e passivos e identificar os itens monetários e não-monetários.

d. Definir a equação básica da contabilidade e calcular e determinar os lançamentos contábeis e seus efeitos sobre as demonstrações contábeis.

e. Calcular um componente de um relatório financeiro a partir dos demais. Incluindo, mas não se limitando, ao cálculo do lucro líquido a partir de componentes do DRE e do patrimônio líquido a partir de componentes do Balanço Patrimonial.

f. Calcular o fluxo de caixa das atividades operacionais por meio dos métodos direto e indireto, das atividades de investimento e de financiamento de uma empresa.

g. Distinguir, interpretar e avaliar:

i. Fluxos de caixa operacional, de atividades de investimento e de financiamento.

ii. Medidas alternativas de fluxo de caixa, incluindo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA ou EBITDA) e caixa líquido das atividades operacionais.

iii. Fatores que influenciam o fluxo de caixa operacional.

h. Identificar e analisar possíveis classificações inadequadas de fluxo de caixa:

i. de investimento como fluxos de caixa operacionais.

ii. financeiro de como fluxos de caixa operacionais.

i. Identificar e analisar necessidades de ajustes nos fluxos de caixa e nos componentes do DRE, incluindo o lucro líquido, em virtude de efeitos de itens não recorrentes.

j. Avaliar os ajustes necessários para retirar os efeitos de itens não-operacionais e não-recorrentes dos fluxos de caixa operacionais reportados e nos componentes do DRE, incluindo o lucro líquido.

k. Reconciliar (calcular) o resultado líquido apurado no DRE com o caixa gerado ou consumido nas atividades operacionais.

i. Avaliar a destinação do lucro líquido de uma empresa a partir da Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) assim como eventuais aumentos de capital para a empresa.

l. Reconciliar (calcular) a variação do Patrimônio Líquido de uma empresa por meio da Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL).

m. Avaliar a destinação do valor adicionado pela empresa a partir da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) e reconciliar (calcular) o valor adicionado com o lucro líquido do exercício.

2.2 Convergência Contábil e adoção do IFRS *(International Financial Reporting Standards*)

a. Avaliar o valor recuperável de um ativo conforme o requerido pelo CPC 01 e seu efeito sobre o Balanço Patrimonial, DRE e índices de atividade de uma empresa;

b. No que se refere ao tratamento de ativos intangíveis previsto no CPC 04:

i. Explicar os critérios para o reconhecimento de ativos intangíveis, incluindo o tratamento de *goodwill*, pesquisa e desenvolvimento;

ii. Calcular o valor de um ativo intangível e sua amortização e explicar o uso dos métodos de custo e reavaliação.

c. No que se refere ao tratamento de combinações de negócios previsto CPC 15:

i. Avaliar os ativos e passivos envolvidos em uma combinação de negócios;

ii. Calcular a diferença entre o valor da contraprestação transferida e o valor justo dos ativos líquidos e seus impactos no Balanço Patrimonial e no DRE.

iii. Calcular o efeito de uma combinação de negócios sobre os índices de atividade de uma empresa.

d. No que se refere ao tratamento de investimentos em coligada e controlada a que se refere o CPC 18:

i. Definir o conceito de controlada e coligada

ii. Explicar os critérios para o uso ou não do método de equivalência patrimonial.

e. Explicar o conceito de segmento operacional, informações geográficas e a necessidade de sua divulgação de acordo com o CPC 22.

f. Explicar os itens que devem ser divulgados de segmento operacional de acordo com o CPC 22.

g. Explicar a necessidade da informação sobre o grau de dependência dos principais clientes de acordo com o CPC 22.

h. Explicar os critérios para reconhecimento e divulgação nas demonstrações financeiras de provisões, ativos contingentes e passivos contingentes.

i. Avaliar o ativo imobilizado os valores de depreciação e perdas por desvalorização a serem reconhecidas de acordo com o CPC 27.

j. No que se refere a instrumentos financeiros, de acordo com os CPCs 38, 39 e 40:

i. Distinguir entre instrumentos financeiros classificados como para negociação imediata, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

ii. Avaliar cada instrumento financeiro e os lançamentos contábeis associados de acordo com a suas respectivas classificações.

iii. Avaliar um instrumento de hedge de acordo com o método do "*hedge accounting*"

iv. Explicar que elementos devem ser divulgados acerca da natureza e extensão dos riscos de instrumentos financeiros.

3. FINANÇAS CORPORATIVAS

O candidato deverá ser capaz de:

3.1 Política de Dividendos

a. Identificar, analisar e distinguir dividendos em dinheiro, dividendos em ações, bonificações, juros sobre o capital próprio, desdobramento e grupamento de ações, destacando os impactos para um acionista de cada um desses mecanismos.

b. Comparar o impacto de recompra de ações ou de distribuições de dividendos em dinheiro sobre a riqueza do acionista.

c. Explicar e calcular o efeito de uma recompra de ação sobre o lucro por ação (LPA) quando esta é realizada com recursos de terceiros, considerando que o custo líquido de dívida da empresa é maior (ou menor) do que sua taxa de retorno (*earnings yield*).

d. Explicar e calcular o efeito contábil de uma recompra de ações quando o valor do mercado está acima (abaixo) de seu valor contábil.

e. Comparar e contrastar os métodos de recompra de ações.

f. Analisar os motivos para recompra de ações, explicando as expectativas que tais reaquisições podem gerar.

g. Entender o cronograma de pagamentos e indicar quando o preço da ação refletirá o pagamento do dividendo. Calcular o retorno total de uma ação tendo em conta a ocorrência de grupamentos, desdobramentos e o pagamento de dividendos.

h. Explicar os fatores que afetam a política de pagamento de dividendos.

i. Analisar as motivações para a utilização do método de dividendo residual e explicar o funcionamento de seu mecanismo, dadas informações sobre lucro, estrutura de capital e projetos de capital de uma companhia.

j. Contrastar as seguintes abordagens à política de dividendos: dividendo residual, dividendo residual a longo prazo, estabilidade de dividendo, e índice *pay-out* alvo.

k. Calcular o dividendo esperado de uma companhia utilizando as variáveis na abordagem de *pay-out* alvo.

l. Estimar o valor dos dividendos esperados considerando o método do dividendo residual.

m. Definir e explicar as motivações, sob o ponto de vista do emissor, para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio.

n. Analisar as políticas de dividendos e a sua evolução no tempo.

o. Contrastar as teorias *dividend irrelevance*, "*bird-in-the-hand*", e *tax preference*. Explicar as implicações de cada teoria acerca do efeito de dividendos no valor para o acionista.

p. Explicar como o pagamento regular de dividendos pode levar a um P/L maior.

3.2 Governança Corporativa

a. Definir governança corporativa e explicar sua relevância.

b. Explicar quais os objetivos e atributos de um sistema de boa governança corporativa.

c. Definir grau de independência do conselho. Explicar a importância de membros do conselho independentes para a governança corporativa.

d. Avaliar, da perspectiva de um acionista, a política da companhia relacionada às regras de votação, às propostas patrocinadas por acionistas, às classes de ações ordinárias e aos mecanismos de defesa contra aquisição.

e. Explicar as potenciais fontes de conflitos entre (1) gerentes e acionistas, (2) diretores e acionistas.

f. Explicar as responsabilidades do conselho de diretoria, enumerando e explicando os atributos do conselho que o investidor ou o analista de investimento devem avaliar.

g. Explicar os critérios de adesão/ listagem de empresas no Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado da B3.

h. Explicar os reflexos sobre os direitos dos acionistas de cada nível de listagem de governança corporativa da Bovespa.

4. MERCADOS

O candidato deverá ser capaz de:

4.1 Organização e funcionamento do mercado de capitais

a. Explicar o processo de abertura de capital de uma empresa via uma oferta pública, seus mecanismos de divulgação, coleta de intenções de investimento e recebimento de reservas.

b. Explicar e distinguir ofertas com registro automático ou com dispensa de registros, suas limitações e aplicabilidade.

c. Explicar o mecanismo de distribuição de ofertas públicas com esforços restritos (Instrução CVM 476)

d. Explicar e diferenciar os mecanismos de colocação de títulos de valores no mercado: *bookbuilding*, leilão holandês, garantia firme, melhores esforços, *competitive bids* e *private placement*,

e. Explicar e interpretar as regras de distribuição de quantidade adicional (*hot issue*) e lote suplementar (*green shoe*) em ofertas públicas.

f. Explicar o processo de divulgação de ofertas públicas: consultas sobre a viabilidade das ofertas (*pilot fishing*, *predeal research*, *premarketing*, leitura de mercado), definição da faixa de preços e apresentação para investidores (*roadshow*).

g. Distinguir mercado primário do secundário, explicando como o mercado secundário fomenta o primário.

h. Comparar e contrastar as estruturas das bolsas de valores nacionais e dos mercados de balcão.

i. Comparar os mercados eletrônicos e os mercados de viva voz e explicar seu funcionamento.

j. Explicar as principais características do mercado de bolsas de valores, tipos de ordens e formadores de mercado (*market makers*).

k. Explicar o funcionamento dos mecanismos de registro e liquidação nos mercados de renda fixa e renda variável (SELIC e *Clearing* B3) e sua integração ao Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP).

l. Avaliar os custos e taxas relacionadas à execução de uma ordem.

m. Explicar e analisar o processo de venda a descoberto e aluguel de ações, bem como justificar as possíveis motivações para o investidor adotar esta estratégia.

n. Explicar o processo de compra ações usando margem. Calcular a taxa de retorno de uma transação que utiliza margem e definir a margem de manutenção.

o. Explicar como ocorrem as negociações nos mercados à vista e a termo com ações.

p. Explicar o funcionamento do mercado de aluguel e vendas a descoberto de ações na B3 e as garantias existentes para a liquidação das operações.

q. Calcular e interpretar o spread efetivo de uma ordem de mercado, contrastando-o ao *bid-ask spread* anunciado para medir o custo da transação.

4.2 Índices

a. Analisar os problemas e impactos da adoção de diversas metodologias de cálculo dos índices de ações.

b. Calcular índices para três ações usando as seguintes metodologias: ponderados pelo preço (*price weighted*), ponderados pela capitalização de mercado (*market weighted*), índices não-ponderados (*unweighted*), *equal weighted* e ponderados pela liquidez.

c. Explicar os critérios de ponderação e inclusão de ações do IBOVESPA e IBrX.

d. Comparar e contrastar as principais características estruturais dos índices acionários domésticos e globais.

e. Explicar as características básicas seguintes índices abaixo, incluindo seus critérios de ponderação, universo de ações consideradas e critério de seleção:

i. Índices de bolsa de valores no Brasil: Índice Bovespa (IBOVESPA), Índice Brasil (IBrX), Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), Índice de Energia Elétrica (IEE), Índice *Mid-Large Cap* (MLCX), Índice *Small Cap* (SMLL), Índice de Fundos de Investimento Imobiliário (IFIX) e Índice de Dividendos (IDIV).

ii. Índices de bolsa de valores no exterior: S&P 500, Dow Jones, Nikkei 225, FTSE, *Hang Seng*, NASDAQ-100, MSCI World, MSCI *Emerging Markets*.

iii. Índices de renda fixa no Brasil: Família de Índices IMA – Índice de Mercado ANBIMA (IMA-Geral, IRF-M, IMA-C, IMA-B, IMA-S).

iv. Índices de renda fixa no exterior: Bloomberg Barclays US Aggregate Bond Index, Citigroup World Government Bond Index, J.P. Morgan Emerging Markets Bond Index, Bloomberg US Corporate Bond Index.

5. RENDA VARIÁVEL

O candidato deverá ser capaz de:

5.1 Produtos

a. Explicar e diferenciar ações ordinárias de preferenciais, comparando as vantagens e desvantagens de cada tipo para o investidor.

b. Explicar o conceito de classes de ações

c. Explicar e interpretar as medidas de liquidez de ações.

d. Explicar o conceito de *Units* e sua utilização.

e. Explicar o conceito de American *Depositary Receipt* (ADR), diferenciando as várias formas de ADRs de acordo com a forma de negociação e informações fornecidas pela companhia de capital aberto.

f. Explicar porque as firmas decidem negociar suas ações fora do país e o que levaria os gestores a negociarem ações de uma mesma companhia listadas no mercado local ou internacional.

g. Explicar um *Brazilian Depositary Receipt* (BDR) e contrastá-lo com a ação no mercado local.

h. Distinguir entre BDRs patrocinados, nos níveis I, II e III e não patrocinados.

5.2 Rendimentos de Ações

a. Definir e diferenciar os conceitos de valores nominal, patrimonial, de liquidação e de mercado de uma empresa.

b. Definir avaliação de ações e analisar os usos dos modelos de avaliação.

c. Contrastar fatores quantitativos e qualitativos de avaliação.

d. Explicar as lógicas dos métodos de análise *top-down* e *bottom-up* no processo de avaliação de ativos.

e. Explicar os componentes da taxa de retorno requerida por um investidor (tais como taxa livre de risco real, prêmio de inflação esperada e prêmio de risco), bem como analisar os fatores de risco a serem considerados a fim de se estimar o prêmio de risco país na avaliação de papéis estrangeiros.

f. Estimar a taxa de crescimento de dividendos implícita, dados os componentes do ROE (*Return On Equity*) e incorporando a taxa de retenção de lucros e o atual preço da ação.

g. Definir direito de subscrição e seu propósito.

h. Definir bonificação e explicar a motivação para sua utilização.

i. Definir e explicar as motivações para o pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio sobre o ponto de vista do investidor.

j. Definir ganhos de capital e calcular o ganho de capital de uma ação em um dado período.

k. Definir e calcular o retorno total de uma ação considerando os dividendos pagos e o ganho de capital em um período.

5.3 Tributação de ações (mercado a vista): tipos de investidores, fato gerador, alíquota e base de cálculo dos impostos aplicáveis

a. Entender a tributação de ações tendo em conta os seguintes aspectos:

i. Tipos de investidores

ii. Impostos aplicáveis;

iii. Fato Gerador;

iv. Base de Cálculo;

v. Alíquotas.

b. Calcular os impostos sobre os produtos de renda variável no mercado brasileiro do ponto de vista de um investidor residente no Brasil e de um investidor estrangeiro (não residente).

6. RENDA FIXA

O candidato deverá ser capaz de:

6.1 Características de um título de renda fixa

a. Entender a relação entre o prazo de vencimento, a taxa de retorno e o preço de um título de renda fixa.

b. Entender e explicar as características básicas de um título de renda fixa: prazo, valor de face, taxa de cupom e rendimento ao vencimento (*yield-to-maturity*).

c. Explicar as premissas de utilização do *yield-to-maturity*, bem como suas limitações, e explicar a importância do reinvestimento de receitas para gerar o *yield-to-maturity* esperado no momento da aquisição do título.

d. Explicar a mecânica de cálculo de juros e de atualização de principal de títulos com diferentes indexadores: câmbio, Taxa Selic e índices de inflação.

e. Entender e explicar as várias formas da taxa de cupom: zero cupom, prefixada (*fixed rate*), pós-fixada (floating rate), *step-up* e *deferred*.

f. Entender a estrutura dos títulos pós-fixados, incluindo a fórmula de cupom e o efeito da existência de *caps* e *floors*.

g. Entender, explicar e calcular os juros acumulados, o preço sujo e o preço limpo de um título de renda fixa.

h. Explicar a provisão de resgate antecipado em títulos e diferenciar títulos amortizados de não-amortizados.

i. Calcular os valores de prêmio de risco, dados os *yields* de dois títulos.

j. Explicar um spread de crédito.

k. Identificar as várias opções que podem ser embutidas em um título, incluindo opções de compra, de resgate antecipado, de venda e de conversão, e indicar se tais opções beneficiam o emissor ou o investidor.

l. Explicar as desvantagens de um título com opção de compra embutida ou cláusula de resgate antecipado ao investidor.

m. Explicar métodos utilizados por investidores institucionais no mercado de renda fixa para financiar a compra de papéis: compra com uso de margem e operações compromissadas ou *Repurchase Agreements* (Repos).

6.2 Princípios gerais de precificação de títulos de renda fixa

a. Identificar as relações entre a taxa de cupom de um título de renda fixa, o rendimento requerido pelo mercado e o preço do título relativo ao seu valor de face (ágio, deságio, ou igual ao par).

b. Calcular o preço de um título de renda fixa, dados o prazo, a taxa de cupom e o rendimento ao vencimento.

c. Explicar o processo de marcação pela curva de um título, contrastar a marcação pela curva com a marcação a mercado, destacando as vantagens e desvantagens de cada método, e determinar em qual situação justifica-se a marcação pela curva.

d. Explicar os passos do processo de precificação de títulos de renda fixa (estimar fluxos futuros, determinar taxa de desconto, calcular o valor presente dos fluxos de caixa).

e. Explicar como a taxa de juros exigida para o investimento em um título se relaciona com a taxa ofertada por títulos públicos.

f. Calcular o valor de um título dadas a taxa de cupom e a taxa de desconto.

g. Explicar como os preços dos títulos variam com o aumento ou queda na taxa de desconto e calcular a mudança de valor atribuída a uma variação na taxa de desconto.

h. Identificar os tipos de títulos que apresentam maior dificuldade para precificação e explicar os problemas enfrentados ao tentar se estimar os fluxos futuros destes papéis.

i. Explicar como o valor de um título varia com a aproximação do seu vencimento (efeito *pull-to-par*).

j. Calcular a mudança de valor atribuída à passagem do tempo.

k. Explicar o processo de mercado que força os preços dos títulos a convergirem ao valor de *arbitrage-free* e explicar como um investidor poderia auferir lucro por meio de arbitragem se o título não estiver precificado corretamente.

l. Explicar as vantagens e desvantagens de se precificar títulos utilizando taxas spot e o *yield-to-maturity*.

6.3 Setores e produtos

a. Descrever as estruturas dos mercados primário e secundário de renda fixa no Brasil.

b. Explicar as principais características dos títulos do governo brasileiro: Letras do Tesouro Nacional (LTN), Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e Notas do Tesouro Nacional (NTN).

c. Calcular o preço de uma LTN, dado o rendimento e o prazo até o vencimento, e calcular o rendimento desse papel, dado o preço e o prazo até o vencimento.

d. Explicar a motivação para corporações buscarem financiamento por meio dos vários tipos de papéis de renda fixa (debêntures, notas promissórias e securitização de recebíveis).

e. Explicar as características dos diversos papéis de renda fixa no que diz respeito a emissores, riscos, aspectos legais e de negociação, formas de contratos, vantagens e desvantagens, garantias e tipos: certificados de depósito bancário (CDB), letras financeiras (LF), debêntures, notas promissórias, cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de cédula de crédito bancário (CCCB), cédula de crédito imobiliário (CCI), cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), letras hipotecárias (LH), letras imobiliárias (LI), certificados de recebíveis imobiliários (CRI), letras de crédito imobiliário (LCI), depósitos a prazo com garantia especial (DPGE), cédula de produto rural (CPR), certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA), certificados de recebíveis do agronegócio (CRA), letras de crédito do agronegócio (LCA), operações compromissadas.

f. Explicar o processo de emissão de debêntures de uma empresa.

g. Calcular o preço de uma debênture, dadas as informações sobre prazo até o vencimento, periodicidade de juros, taxa de cupom e taxa de desconto.

h. Identificar as características estruturais básicas e as partes envolvidas em uma securitização de recebíveis.

i. Entender e explicar os benefícios para empresas e investidores com a securitização de recebíveis.

j. Identificar os riscos inerentes à securitização de recebíveis e contrastá-los com o risco de crédito corporativo.

k. Comparar e contrastar as abordagens de análise global de uma carteira vs. a análise individualizada dos ativos que compõem a carteira.

l. Entender e explicar os elementos estruturais típicos de uma securitização de recebíveis: redistribuição de risco de crédito, reforço de crédito, triggers de desempenho, critérios de elegibilidade de ativos, ranking de senioridade de tranches.

m. Entender e explicar como os ativos securitizados são legalmente segregados de outros ativos.

n. Entender e explicar riscos específicos à securitização de recebíveis: risco de pré-pagamento, risco de taxa de juros, risco de base, risco de fungibilidade

o. Explicar e interpretar as medidas de liquidez dos títulos de renda fixa.

6.4 Tributação de títulos públicos e privados de renda fixa: tipos de investidores, fato gerador, alíquota e base de cálculo dos impostos aplicáveis

a. Entender a tributação de títulos públicos e privados de renda fixa, tendo em conta os seguintes aspectos:

i. Tipos de investidores

ii. Impostos aplicáveis;

iii. Fato Gerador;

iv. Base de Cálculo;

v. Alíquotas.

b. Calcular os impostos sobre os títulos públicos e privados de renda fixa no mercado brasileiro do ponto de vista de um investidor residente no Brasil e de um investidor estrangeiro (não residente).

7. DERIVATIVOS

O candidato deverá ser capaz de:

7.1 Mercado doméstico de derivativos: características e instrumentos

a. Definir um contrato derivativo e diferenciar contratos negociados em bolsa dos negociados em mercado de balcão.

b. Analisar o propósito do mercado de derivativos, bem como os riscos que podem ser assumidos em sua utilização.

c. Descrever o papel da B3 e os principais aspectos relacionados ao funcionamento do mercado de derivativos no Brasil.

d. Entender a mecânica dos contratos de derivativos agropecuários e financeiros negociados em bolsa, bem como de seus minicontratos.

e. Explicar o conceito de arbitragem e seu papel na determinação de preços e manutenção de mercados eficientes.

f. Entender as regras do sistema de garantias (margens, ajustes) e o regulamento das operações da B3.

g. Descrever o funcionamento do mercado de derivativos de balcão, bem como distinguir as características dos instrumentos negociados em balcão daqueles negociados em bolsa.

7.2 Contratos Futuros e a Termo

a. Definir um contrato a termo e identificar os ativos objeto.

b. Analisar as diferenças entre posições compradas e vendidas em um contrato a termo, destacando os riscos de liquidação e default.

c. Explicar os procedimentos para liquidação de um contrato a termo no seu vencimento.

d. Analisar como uma das partes do contrato pode encerrar sua posição antes do vencimento e determinar como o risco de crédito é impactado de acordo com a forma de encerramento da posição.

e. Explicar as características de um contrato a termo de ações e de um contrato de títulos sem e com cupons.

f. Calcular o preço a termo de uma ação.

g. Explicar as características de um contrato de *forward rate agreement* (FRA).

h. Calcular e interpretar o pagamento no vencimento de um FRA.

i. Explicar as características de um contrato a termo de moeda.

j. Explicar as características dos contratos futuros e distinguir contratos futuros de contratos a termo.

k. Calcular o valor de um contrato futuro.

l. Explicar limites de preços e o processo de marcação a mercado.

m. Calcular e interpretar o balanço de margem, dados o preço negociado e os preços de ajuste.

n. Explicar como um contrato futuro pode ser encerrado antes ou em seu vencimento e explicar, em relação à forma, como os contratos futuros podem ser encerrados por meio de liquidação física ou liquidação financeira.

o. Explicar as características dos contratos futuros de moeda, índices, títulos de renda fixa e taxa de juros.

7.3 Opções

a. Definir opção americana e europeia, *moneyness*, *payoff*, valor intrínseco e valor do tempo, bem como diferenciar opções negociadas no mercado de balcão das negociadas em bolsas de valores.

b. Identificar e diferenciar opção de compra (*call*) e opção de venda (*put*) e explicar o papel do lançador e do titular.

c. Comparar e contrastar opções de taxa de juros e contrato de *forward rate agreement* (FRA).

d. Explicar como o ganho com opções é determinado e como o *payoff* de opções de taxa de juros se diferencia dos outros tipos de *payoffs* de opções.

e. Identificar os ganhos máximos e mínimos para opções americanas e europeias.

f. Explicar o funcionamento e objetivo de investimento em opções exóticas, especificamente as com barreira.

g. Explicar a relação entre os prêmios de opções que diferem apenas pelo preço de exercício.

h. Explicar como os preços das opções são afetados pelo seu prazo de vencimento.

i. Explicar paridade *put-call* para opções européias e a relação entre os *payoffs* de uma *fiduciary call* e de uma *protective put*.

j. Explicar como *cash flows* do ativo objeto afetam a paridade *put-call* e os preços mínimos das opções.

k. Identificar o efeito de uma mudança direcional na taxa de juros ou mudança na volatilidade do preço da opção.

l. Definir as Gregas (Delta, Gamma, Theta, Vega e Rho) e interpretar seus impactos sobre o preço da opção.

m. Calcular, para uma opção, o valor no vencimento, lucro, lucro máximo, perda máxima, preço de *breakeven* e análise do gráfico.

n. Explicar as características das seguintes estratégias:

    i. comprar e/ou vender opções de venda (*puts*)

    ii. comprar e/ou vender opções de compra (*calls*)

    iii. *covered call* e *protective put*

o. Explicar as estratégias de *box*, *butterfly*, *straddle, strangle* e *call spread* e as motivações para o investidor utilizá-las.

p. Definir e calcular o *payoff* de um *cap* e de um *floor*. Explicar como um *collar* é criado.

q. Calcular o *payoff* de uma estratégia com derivativos, dados os prêmios das opções e o valor do ativo-objeto no vencimento das opções.

r. Entender como um *cap* e um *floor* são combinações de: 1) opções de taxas de juros, 2) opções de títulos de renda fixa.

s. Calcular e interpretar os preços de uma opção sintética, utilizando paridade *put-call.*

t. Explicar as premissas utilizadas no modelo de Black-Scholes e suas limitações.

u. Explicar como o modelo de árvore binomial é utilizado para precificação de opções, bem como justificar sua utilização.

v. Explicar delta de uma opção e demonstrar como ele é utilizado no *hedging* dinâmico.

7.4 Swaps

a. Explicar as características de um contrato de swap e explicar como ele pode ser encerrado.

b. Definir e citar exemplos de *swaps* de moedas, taxa de juros, de renda variável e *credit default swaps*, bem como calcular os pagamentos de cada tipo de *swap*, dada a fórmula, com base em dados específicos do contrato.

c. Calcular a alteração no valor de um swap de taxa de juros, para cada parte, quando a taxa de juros é alterada.

d. Explicar a equivalência entre um *plain vanilla swap* e uma combinação de opção de compra e venda de taxa de juros.

e. Calcular e interpretar a taxa fixa em um *plain vanilla swap* de taxa de juros e o valor de mercado do *swap* durante a sua vida, quando provido das fórmulas.

f. Analisar como o risco de crédito de *swaps* é reduzido tanto por *netting* como por marcação ao mercado.

g. Explicar como o risco de crédito surge em um *swap*, identificar a parte que assume tal risco e em que ponto na vida do *swap* este risco é maior.

h. Definir *swap spread*.

8. ÉTICA

O candidato deverá ser capaz de:

8.1 Princípios de Ética e padrões de conduta

8.1.1 Princípios e Padrões de Conduta do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada

a. Entender os princípios que norteiam a atuação do profissional certificado e seus padrões de conduta com relação aos mercados financeiro e de capitais e com relação à Instituição Participante com a qual mantenha vínculo.

b. Distinguir entre a atuação consistente e inconsistente com os referidos princípios e padrões de conduta.

8.2 Compliance com princípios éticos e padrões de conduta

a. Recomendar procedimentos de *compliance*, tendo em conta o Art. 7º do Código de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada.

b. Recomendar ações de treinamento, educação, mecanismos de manifestação dos funcionários (*hotlines* e ouvidoria interna) e *enforcement* como componentes de um ambiente que favoreça a ação ética a todo o momento.

9. LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO

O candidato deverá ser capaz de:

9.1 Regulação e Melhores Práticas

9.1.1 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas

a. Entender e conhecer as definições (Capítulo I), regras e princípios constantes do Código, especificamente no que concerne aos seguintes capítulos:

i. Objetivo e Abrangência (Capítulo II)

ii. Princípios Gerais de Conduta (Capítulo IV)

iii. Regras Gerais (Capítulo V)

iv. Documentos da Oferta (Capítulo VII)

v. Selo ANBIMA (Capítulo IX)

vi. Publicidade (Capítulo X)

9.1.2 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros e deliberações correlatas

a. Definir os termos utilizados no Código (Capítulo I).

b. Entender o objetivo e a abrangência do Código, incluindo os princípios e regras para administração de recursos de terceiros (Capítulo II).

c. Entender os Princípios Gerais do Conduta elencados no Código e distinguir entre ações consistentes e inconsistentes com tais princípios (Capítulo IV).

d. Entender as regras para contratação de terceiros em nome dos fundos de investimento, incluindo as regras gerais, as regras para contratação de terceiros pelo Administrador Fiduciário, as regras para contratação de terceiros pelo Gestor de Recursos e os princípios e objetivos da supervisão baseada em risco para os terceiros contratados (Capítulo VI).

e. Definir Administração Fiduciária e entender as obrigações gerais do Administrador Fiduciário e as regras relativas aos limites de investimento dos fundos (Capítulo VII).

f. Definir a atividade de Gestão de Recursos de Terceiros e entender as obrigações gerais do gestor de recursos de terceiros, as regras relativas a limites de investimento dos veículos de investimento, as regras relativas ao rateio de ordens para os veículos de investimento e a definição e regras relativas à Gestão de Risco dos veículos de investimento (Capítulo VIII).

g. Compreender as funções e responsabilidades do Conselho Consultivo, do Comitê Técnico e do Comitê de Investimento, bem como de seus membros (Capítulo X).

h. Entender as regras que se aplicam ao exercício do direito de voto em assembleia (Capítulo XI).

i. Conhecer as regras específicas detalhadas no Anexo I – Fundos de Investimento 555 (Capítulos III a VIII).

j. Conhecer as regras específicas detalhadas no Anexo II – Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Capítulos III e V a IX).

k. Conhecer as regras específicas detalhadas no Anexo III – Fundos de Investimento Imobiliário (Capítulos IV a VII).

l. Conhecer as regras específicas detalhadas no Anexo IV – Fundos de Investimento em Índice de Mercado (Capítulo II).

m. Conhecer as regras específicas detalhadas no Anexo V – Carteiras Administradas (Capítulo III).

n. Conhecer as diretrizes para classificação de fundos de investimento 555 elencadas na Deliberação ANBIMA nº 77, de 30/11/2016.

o. Conhecer as diretrizes para o apreçamento de ativos elencadas na Deliberação ANBIMA nº 80, de 07/02/2018.

9.1.3 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Programa de Certificação Continuada

a. Entender as definições dos termos utilizados no Código (Capítulo I).

b. Entender o objetivo e a abrangência do Código (Capítulo II).

c. Entender os princípios gerais de conduta que norteiam a atuação do profissional certificado, tanto em relação aos mercados em que atua como em relação à Instituição Participante com a qual mantenha vínculo (Capítulo IV).

d. Indicar as regras específicas relativas à Certificação de Gestores de Investimento (CGA) constantes do Capítulo VIII do Código, inclusive no que se refere à perda da Certificação e sua validade.

e. Entender as penalidades aplicadas às instituições participantes do Código (Capítulo XIV).

9.1.4 Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para os Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais

a. Entender as definições (Capítulo I), o objetivo e abrangência (Capítulo II) e princípios gerais de conduta (Capítulo III) do Código.

b. Caracterizar e distinguir os seguintes serviços: Administração de Fundos de Investimento, Gestão de Fundos de Investimento, Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento.

c. Indicar e entender as regras e procedimentos para a prestação de serviços qualificados nos mercados de capitais (Capítulo V).

d. Definir e compreender as atividades de custódia (Capítulo IX) e controladoria (Capítulo X).

9.2 Normas legais e infra legais

9.2.1 Lei 6.385/76 – Lei do Mercado de Capitais e alterações posteriores

a. Entender as disposições gerais da Lei (Capitulo I) incluindo as atividades abrangidas, a definição de valores mobiliários e as competências da CVM e do Conselho Monetário Nacional.

b. Entender as regras relativas à distribuição de títulos e valores mobiliários incluindo a definição de atos de distribuição e as entidades autorizadas a atuar na distribuição.

c. Indicar a definição de gestão profissional mencionada na Lei.

d. Indicar os crimes contra o mercado de capitais definidos pela Lei.

e. Distinguir a conduta criminosa da conduta adequada aos preceitos a Lei.

f. Indicar as penalidades aplicáveis pela Comissão de Valores Mobiliários.

9.2.2 Instrução CVM nº 558/15 e alterações posteriores

a. Entender a definição de administração de carteiras de valores mobiliários na ICVM 558/15.

b. Indicar e distinguir as categorias em o registro de administrador de carteiras de valores mobiliários pode ser realizado.

c. Indicar as atividades que, no âmbito do mercado de capitais, podem ser desempenhadas por administradores de carteiras.

d. Entender os requisitos para o registro de administrador de carteiras pessoa jurídica e pessoa física, incluindo certificações exigidas (para o caso de pessoas físicas) e diretores nomeados junto à CVM (para o caso de pessoas jurídicas).

e. Indicar as informações obrigatórias a serem mantidas pelos administradores de carteiras em suas páginas na rede mundial de computadores.

f. Entender as normas de conduta e vedações aplicáveis à administração de carteiras de valores mobiliários.

g. Entender as responsabilidades do administrador de carteiras no que se refere a controles internos, incluindo a necessidade de realização de exames e relatórios acerca do correto funcionamento de tais controles.

h. Entender as responsabilidades do administrador no que se refere à manutenção de políticas e procedimentos de gestão de riscos.

i. Listar os procedimentos a serem adotados com vistas a garantir a correta segregação das atividades desenvolvidas pelo administrador de carteiras.

j. Entender as responsabilidades do administrador de carteiras registrado na categoria de administrador fiduciário.

k. Explicar as circunstâncias em que um administrador de carteiras pode atuar como distribuidor e indicar as responsabilidades adicionais trazidas por tal atuação.

9.2.3 Instrução CVM nº 555/14 e alterações posteriores

a. Indicar a definição de fundos de investimento explicitada na norma (Art. 3º) e dos ativos financeiros que podem compor a carteira dos fundos (Art. 2º, inciso V).

b. Comparar e distinguir fundos abertos e fechados (Art. 4º).

c. Distinguir entre os meios que podem ser utilizados para o envio de comunicações aos cotistas e as condições para o envio de informações por meio eletrônico (Art. 10)

d. Indicar as regras relativas à definição, cálculo e emissão de cotas constantes nos Artigos 11 e 16 e explicar o conceito de cota e a possibilidade de cálculo da cota a partir do patrimônio líquido do dia anterior, atualizado por um dia, bem como os limites ao uso desse método. Calcular a cota, PL e rentabilidade de um fundo.

e. Indicar a natureza ilimitada das obrigações criadas para o investidor pelo investimento em fundos e as condições sob as quais poderá haver aporte de recursos pelo investidor (Art. 15).

f. Indicar as condições para a suspensão de novas aplicações em fundos e seus limites (Art. 19).

g. Entender as condições para a distribuição de fundos fechados ao público em geral (Art. 21) e contrastar com a distribuição para investidores qualificados (Art. 22).

h. Entender que informações devem estar contidas nos Termos de Adesão aos Fundos.

i. Entender as regras relativas à distribuição de cotas por conta e ordem e as obrigações específicas do distribuidor neste caso (Artigos 30, 31, 32 e 33),

j. Entender as regras relativas a resgate e amortização de cotas (Artigos 37 e 38), inclusive prazos legais para a conversão de cotas, pagamento de resgate, regras de carência e a possibilidade de resgate compulsório.

k. Indicar as condições sob as quais se pode declarar o fechamento do fundo para resgate e entender as consequências desta decisão (Art. 39)

l. Indicar os documentos que devem ser disponibilizados ao investidor (Art. 40).

m. Entender as regras referentes a material de divulgação e obrigatoriedade de divulgação da lâmina constantes nos Artigos 49, 50, 51, 52, 53 e 54.

n. Entender a competência das assembleias gerais nos termos do Art. 66.

o. Identificar os serviços compreendidos no conceito de administração de fundos e os serviços que podem ser contratados de terceiros nos termos do Capítulo VIII (Artigos 78, 79 e 80).

p. Indicar as responsabilidades do gestor e do administrador de acordo com o Capitulo VIII, inclusive no que se refere a rateio e distribuição de ordens nos termos do Art. 82.

q. Indicar a possibilidade de constituição de conselhos consultivos ou comitês técnicos e suas condições de remuneração nos termos do Art. 84.

r. Indicar as regras referentes à fixação e divulgação de taxas de administração, incluindo as regras relativas à taxa de performance, bem como as circunstâncias em que tais regras podem ser relaxadas de acordo com os Artigos 85, 86 e 88.

s. Entender os métodos que podem ser utilizados para a cobrança da taxa de performance de acordo com o Art. 87.

t. Indicar as vedações aplicáveis ao administrador e gestor de acordo com o Art. 89.

u. Entender as obrigações do administrador e gestor no que se refere ao controle do risco de liquidez de que trata o Art. 91.

v. Indicar as normas de conduta aplicáveis ao administrador de fundos e demais prestadores de serviços de acordo com o Art. 92, incluindo as condições de pagamento ou vedação ao pagamento de rebates.

w. Distinguir as ações conflitantes com as normas de conduta referidas no Art. 92 daquelas adequadas.

x. No que se refere às regras de composição de carteiras dos fundos, identificar nos termos do Capítulo IX:

i. Os limites para aplicação de ativos no exterior dos fundos de investimento (Art. 101).

ii. Os limites por emissor aplicáveis aos fundos de investimento (Art. 102).

iii. Os limites por modalidade de ativo financeiro (Art. 103).

iv. As regras específicas aplicáveis à aquisição de ativos de emissão do administrador ou gestor (Art. 102).

y. As regras específicas aplicáveis à aquisição de fundos de investimento administrados/geridos pelo administrador/gestor (Art. 102).

z. As condições adicionais a serem observadas pelo gestor de um fundo que invista em um veículo de investimento no exterior e que detenha poder de influência sobre este veículo (Art. 99, §1º).

aa. Identificar as responsabilidades de gestores e administradores no que se refere ao correto enquadramento das carteiras nos termos do Art. 104.

bb. Explicar o conceito de desenquadramento passivo e suas implicações (Art. 105 e 106).

cc. Identificar as características específicas das seguintes classes de fundos e sufixos estabelecidos pela CVM:

i. Fundos com o sufixo “Longo Prazo” (Art. 108, §1º);

ii. Fundos da classe “Fundos de Renda Fixa” (Art. 109 e 110);

iii. Fundos da classe “Fundos de Renda Fixa” e que tenham os sufixos “Curto Prazo” (Art. 111), “Referenciado” (Art. 112) e “Simples” (Art. 113);

iv. Fundos da classe “Fundos de Ações” (Art. 115);

v. Fundos da classe “Fundos Cambiais” (Art. 116);

vi. Fundos da classe “Fundos Multimercado” (Art. 117)

vii. Fundos com o sufixo “Crédito Privado” (Art. 118)

dd. Identificar eventuais erros na composição da carteira de um fundo de investimento específico e propor procedimentos para sua correção.

ee. Comparar e contrastar os tipos ANBIMA com as classes CVM.

ff. Entender as regras referentes aos fundos de investimento em cotas (Art. 119).

gg. Indicar as circunstâncias em que não há obrigatoriedade de consolidação da carteira de um fundo com a carteira dos fundos investidos (Art. 122).

hh. Indicar as especificidades dos fundos destinados a investidores qualificados e profissionais e fundos exclusivos no que se refere às regras de composição de carteiras, taxas de administração e performance, conversão e pagamento de resgates, uso de ativos na integralização e resgate de cotas (Art. 125, Art. 126, Art. 129, 130).

9.2.4 Instrução CVM nº 400/03 e alterações posteriores

a. Entender as regras aplicáveis à:

i. Possibilidade de dispensa de registro para oferta ou de requisitos

ii. Opção de distribuição de lote suplementar

iii. Resultado da oferta e distribuição parcial

iv. Instituições Intermediárias participantes do processo de oferta

v. Conteúdo obrigatório dos prospectos

vi. Possibilidade de realização de consulta sobre a viabilidade da oferta

vii. Possibilidade de coleta de intenções de investimento

viii. Recebimento de reservas

ix. Normas de conduta aplicáveis à oferta

x. Material publicitário autorizado e informações obrigatórias

xi. Divulgação e período de distribuição

xii. Veracidade das informações

9.2.5 Instrução CVM nº 476/09 e alterações posteriores

a. Entender:

i. A definição de ofertas públicas com esforços restritos.

ii. Os procedimentos de Distribuição aplicáveis

iii. As obrigações dos Participantes

iv. A possibilidade de negociação dos Valores Mobiliários.

b. Comparar e contrastar ofertas públicas com registro para distribuição pública, ofertas dispensadas de registro e ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

9.2.6 Instrução CVM nº 356/01 e alterações posteriores

a. Definir os conceitos aplicáveis aos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), nos termos do art. 2º.

b. Explicar as características dos FIDC e de suas cotas, incluindo a possibilidade de emissão de diferentes classes e séries e de emissão de cotas seniores e subordinadas.

c. Identificar as circunstâncias em que se aplicam as regras de ofertas públicas à distribuição de FIDC e as circunstâncias em que se aplicam regras específicas.

d. Entender as informações a serem incluídas nos prospectos e regulamentos de FIDC.

e. Comparar e contrastar os papéis do administrador, gestor, custodiante e consultor nos FIDC e identificar as responsabilidades do administrador na contratação desses serviços.

f. Identificar que operações podem ser efetuadas por FIDC além da aquisição de direitos creditórios e os respectivos percentuais máximos e

g. Identificar as informações mínimas que devem ser disponibilizadas na publicidade de FIDC.

9.2.7 Resolução CMN nº 4.661/18

a. Enumerar os ativos admitidos e explicar os limites estabelecidos para cada um dos segmentos de aplicação enumerados pela norma (Renda Fixa, Renda Variável, Estruturado, Imobiliário e Exterior).

b. Explicar os limites de alocação e de alocação e concentração por emissor aplicáveis a entidades fechadas de previdência privadas (EFPPs).

c. Explicar as regras e limites aplicáveis ao investimento em derivativos por EFPPs.

d. Explicar as regras aplicáveis ao investimento de EFPPs em fundos de investimento e comparar e contrastar as circunstâncias em que um fundo pode ser tomado como ativo final com as circunstâncias em que há necessidade de consolidação das aplicações nos diversos fundos.

e. Definir o conceito e implicações do desenquadramento passivo aplicável a EFPP e contrastar com o conceito e implicações aplicáveis nos casos de fundos regidos pela Instrução CVM nº 555/14.

f. Indicar as vedações aplicáveis a gestão de EFPP e suas implicações na gestão de fundos de investimento que tenham EFPP como público alvo.

9.2.8 Instrução CVM nº 578/16 e alterações posteriores

a. Definir as características centrais dos Fundos de Investimento em Participação (FIP) inclusive no que se refere à participação no processo decisório das empresas investidas (Capítulo II) e classes de ativos em que o fundo tem por objetivo investir (art. 5º).

b. Definir as categorias de FIP e entender as principais características das classes (Capitulo III).

c. Entender as regras relativas à emissão, colocação, negociabilidade e amortização de cotas (Capítulo IV).

d. Entender as vedações aplicáveis à gestão e administração de FIP (Capítulo VI, Seção V).

9.2.9 Instrução CVM nº 472/08 e alterações posteriores

a. Definir as características centrais dos Fundos de Investimento Imobiliário (FII) (capítulo II).

b. Explicar as características das cotas e do processo de subscrição e distribuição, incluindo a possibilidade de criação de classes de cotas, assunção de compromissos de investimento e integralização em bens e direitos. (Capítulo III)

c. Explicar as funções e obrigações do administrador de FII e vedações aplicáveis. (Capítulo VI)

d. Indicar a possibilidade de divulgação de fato relevante se houver alteração do tratamento tributário conferido ao fundo ou cotistas (Capítulo VIII).

e. Indicar as formas como um FII pode participar em empreendimentos imobiliários (Capítulo VIII).

f. Explicar as características dos FII para investidores qualificados (Capítulo XII).

9.2.10 Instrução CVM nº 359/02 e alterações posteriores

a. Definir as características centrais dos Fundos de Índice (FI), incluindo os critérios para a aprovação de um índice e as vedações na constituição de fundos de índice (capítulo II).

b. Explicar as funções e obrigações do administrador de FI e vedações aplicáveis bem como as formas previstas de remuneração do administrador. (Capítulo III).

c. Explicar as características das cotas e o mecanismo de integralização e resgate das cotas, incluindo os ativos que podem ser aceitos no âmbito deste mecanismo (Capítulo IV).

d. Explicar as regras de negociação do fundo em mercados secundários (Capítulo V).

e. Explicar as regras aplicáveis à divulgação de informações de FII, inclusive a obrigatoriedade de manutenção de página na rede mundial de computadores e seu conteúdo. (Capítulo VIII)

f. Indicar as regras aplicáveis à composição da carteira do fundo incluindo limites, ativos e derivativos permitidos e tratamento de desenquadramentos. (Capítulo X)

9.2.11 Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações posteriores

a. Explicar a necessidade de definição de uma política anual de aplicação de recursos por parte de regimes próprios de previdência social (RPPS) e as características de tal política. (Seção I)

b. Explicar os segmentos de aplicação em que RPPS podem investir seus recursos, suas características e limites. (Seção II)

c. Indicar os tipos de fundos que podem compor tais segmentos e seus limites.

d. Explicar os limites gerais e as características da gestão de RPPS. (Seção III).

9.2.12 Instrução CVM 494/11 e alterações posteriores

a. Explicar as características gerais de um Clube de Investimento (CI), incluindo os limites mínimo e máximo de número de cotistas e vedação para a negociação de cotas em mercado secundário e para a busca de cotistas (Capitulo I).

b. Explicar a necessidade de composição de um Estatuto para um CI (Capítulo II).

c. Explicar as funções e obrigações do administrador de CI e vedações aplicáveis bem como as formas previstas de remuneração do administrador (Capítulo IV).

d. Indicar os ativos que podem compor as carteiras dos CI e seus limites (Capítulo V).

e. Explicar o papel da entidade administradora do mercado organizado na regulamentação e supervisão de CI.

9.2.13 Legislação pertinente a planos de previdência privada

a. Entender o conceito de fundo previdenciário tal como estabelecido pelo Art. 131 da ICVM 555/14 e sua utilização para a gestão de Fundos Especialmente Constituídos (FIE).

b. Definir PGBL e seus subtipos nos termos do Art. 7º, da Resolução CNSP Nº349/17.

c. Definir VGBL e seus subtipos nos termos do Art. 7º da Resolução CNSP Nº 348/17.

d. Indicar as condições especiais para FIE, nos termos das Subseções II e III da Resolução CNSP 321/2015 e alterações posteriores.

e. Entender as restrições e limites à gestão de carteiras de FIE estabelecidos pelos Capítulo II, III e IV do Anexo I, da Resolução CMN 4.444/2005 e alterações posteriores.

9.2.14 Instrução CVM nº 554/14 e alterações posteriores

a. Definir e contrastar os conceitos de investidor profissional e qualificado.

b. Dadas as características de um investidor, indicar se ele é classificado como profissional ou qualificado.

9.3 Compliance

a. Entender a obrigatoriedade da função *compliance* para empresas gestoras de administradoras de fundos de investimento nos termos do Art. 10 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros.

b. Recomendar ações visando à conformidade com as normas de segregação e gerenciamento de conflitos de interesse.

c. Entender as regras que regem a Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD) e sua aplicação à atividade de gestão de recursos de terceiros, incluindo preceitos legais relativos:

i. À definição dos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores (Capítulo I da Lei 9.613 e alterações posteriores).

ii. Às pessoas sujeitas ao mecanismo de controle da Lei, incluindo os gestores de fundos de investimento (Capítulo V da Lei 9.613).

iii. À necessidade de identificação de clientes e manutenção de registros (Capítulo VI da Lei 9.613).

iv. À necessidade de Comunicação de Operações Financeiras (Capítulo VII da Lei 9.613).

v. Às responsabilidade administrativa e penalidades pela não existência de políticas e procedimentos de PLD (Capítulo VIII da Lei 9.613).

vi. Os procedimentos específicos para cadastro de clientes inclusive necessidade de renovação periódica, prazo de manutenção das informações, registro de transações, monitoramento e comunicação de atividade suspeita ou relato da ausência de tal atividade, instituídos pela Instrução CVM nº 301 e alterações posteriores.

vii. As definições de Pessoa Politicamente Exposta (PPE) do Art. 3-B e de operações sujeitas ao monitoramento contínuo do Art. 6º ambos da Instrução CVM 301/99.

d. Recomendar ações visando à conformidade com as normas PLD.

9.4 Tributação de Fundos

a. Entender a tributação dos Fundos de Investimento regidos pela Instrução CVM nº 555/14 tendo em conta os seguintes aspectos:

i. Impostos aplicáveis,

ii. Fato Gerador,

iii. Base de Cálculo,

iv. Alíquotas.

b. Comparar e contrastar a tributação de fundos de renda fixa e renda variável, incluindo a diferenciação entre curto prazo e longo prazo para fins tributários e as diferentes alíquotas aplicáveis.

c. Indicar as circunstâncias em que há perda do tratamento tributário para fundos de renda variável.

d. Indicar as circunstâncias em que há perda do tratamento tributário para fundos de longo prazo.

e. Explicar o conceito de “come cotas” sua periodicidade e alíquotas.

f. Entender, comparar e contrastar as diferentes alíquotas aplicáveis a PGBL e VGBL, nas diferentes opções tributárias existentes, bem como a possibilidade de abatimento da base de cálculo do IR para PGBL e seus limites.

g. Indicar as regras de tributação de fundos imobiliários, contrastando a possibilidade de isenção de IR e suas condições com a necessidade de recolhimento do imposto e suas alíquotas.

h. Explicar a tributação de FIP e FIDC, indicando o fator gerador do imposto de renda e alíquotas aplicáveis a FIDC abertos ou fechados e FIP.

i. Explicar a tributação de fundos de índice (FI) e clubes de investimento. Comparar e contrastar a tributação (IR) para um investidor pessoa física, das seguintes opções:

i. Investimento direto em ações na bolsa de valores;

ii. Investimento em ações via clubes de investimento;

iii. Investimento em ações via fundos de investimento;

iv. Investimento em ações via fundos de índice.

10. INVESTIMENTOS ALTERNATIVOS

10.1 Mercados de Investimentos Alternativos

a. Identificar e descrever os principais tipos de investimentos alternativos, bem como suas características comuns e seus mercados.

b. Analisar o impacto sobre retorno e risco de se inserir investimentos alternativos em uma carteira composta originalmente por ações e títulos de renda fixa.

c. Justificar a necessidade de ênfase especial na *due diligence* de investimentos alternativos em comparação com instrumentos tradicionais como ações e títulos de renda fixa.

d. Descrever os fatores relevantes, para clientes afluentes, a respeito do investimento em instrumentos alternativos.

10.2 Fundos de Investimento Abertos e Fechados

a. Distinguir entre fundos de investimento abertos (*Open-end Funds*) e fechados (*Closed-end Funds*).

b. Calcular o valor da cota de um fundo de investimento e identificar a relação entre valor patrimonial (*Net Asset Value*) e preço da cota (*share price*) para fundos de investimentos abertos e fechados.

c. Descrever e analisar as taxas cobradas de investidores em fundos de investimentos abertos e fechados.

d. Distinguir os fundos de investimento de acordo com seu estilo, foco setorial, ligação a um índice de benchmark e abrangência geográfica.

10.3 *Hedge Funds* e *Funds of Funds*

a. Definir *Hedge Funds* de acordo com seus objetivos, estrutura legal e estrutura de taxas

b. Indicar as várias classificações de *Hedge Funds* e suas estratégias de investimentos.

c. Explicar a típica estrutura de um *Hedge Fund*, incluindo a política de remuneração do gestor do fundo.

d. Calcular o retorno líquido para o investidor em um *Hedge Fund*, dadas informações sobre *hurdle rate*, retorno do benchmark, taxa de administração e taxa de performance.

e. Analisar avaliação de desempenho de *Hedge Funds* e a parcialidade presente neste tipo de avaliação.

f. Explicar o efeito do *survivorship* bias nos retornos da indústria de *Hedge Funds*.

g. Analisar alavancagem e riscos específicos de *Hedge Funds*.

h. Analisar o uso do Índice Sharpe para avaliar o desempenho de *Hedge Funds*.

i. Explicar as características e os usos de *Funds of Funds*.

j. Explicar as vantagens e desvantagens de se investir em *Funds of Funds*.

k. Descrever as características do Índice de *Hedge Funds* ANBIMA – IHFA.

l. Descrever as características de índices de Hedge Funds no exterior: *Credit Suisse Hedge Fund, HFRX Global Hedge Fund Index, Morningstar Broad Hedge Fund Index*.

10.4 ETFs – *Exchange Traded Funds*

a. Explicar as principais características de *Exchange Traded Funds* (ETF).

b. Distinguir ETF de fundos de investimento abertos (*Open-end Funds*) e fechados (*Closed-end Funds*).

c. Explicar as vantagens e riscos associados aos ETF.

d. Explicar a relação entre o preço de ETF e seu patrimônio líquido.

10.5 Imóveis

a. Explicar as características associadas ao investimento em ativos imobiliários.

b. Entender e explicar tipos de investimento em imóveis no Brasil: posse direta e investimento em cotas de Fundos de Investimentos Imobiliários (FII).

c. Indicar e analisar as principais características do investimento em FII.

d. Distinguir entre *dividend yield* e *cap rate*.

e. Contrastar o investimento direto em imóveis com o investimento por meio de FII e comparar suas vantagens e desvantagens.

f. Distinguir os tipos de FII renda, desenvolvimento e títulos.

g. Explicar a tributação de FII.

h. Explicar e analisar as vantagens e desvantagens do investimento em ativos imobiliários em comparação com outros investimentos tradicionais e alternativos.

10.6 *Private Equity Funds*

a. Explicar os estágios de investimento pelos quais uma empresa privada passa (de *seed financing a mezzanine financing*), bem como as fontes de financiamento, características de cada estágio e a finalidade de tais financiamentos.

b. Explicar as características de investimentos em *Private Equity* / *Venture Capital* e os desafios em precificar e avaliar a performance destes investimentos.

c. Calcular o VPL de um projeto de *Venture Capital*, dados os possíveis ganhos e a probabilidade de fracasso.

d. Explicar os diferentes métodos de avaliação de empresas privadas e distinguir os descontos e prêmios para estas empresas.

e. Analisar investimentos em títulos de empresas em crise (*distressed debt*) e as semelhanças entre investimentos em Venture Capital e em títulos de empresas em crise.

f. Explicar a típica estrutura de um fundo de *Private Equity*, incluindo a compensação do patrocinador do fundo (por exemplo, *general partners*) e os típicos prazos destes investimentos.

g. Indicar e analisar os problemas que devem ser levantados na formulação da estratégia para o investimento em *Private Equity*.

10.7 *Commodities*

a. Analisar o papel de commodities como veículos de investimento em produção e consumo.

b. Analisar a motivação para se investir em commodities por meio de derivativos ou de instrumentos associados a esses produtos (investimentos diretos e indiretos em commodities).

c. Analisar a relação entre commodities e inflação.